



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA  
CURSO: COMUNICAÇÃO SOCIAL  
HABILITAÇÃO: JORNALISMO  
DISCIPLINA: MONOGRAFIA  
ÁREA: COMUNICAÇÃO SOCIAL  
ORIENTADOR: PAULO PANIAGO

**EDITORIAIS NA DITADURA:  
*A FAVOR OU CONTRA O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964?***

MÉCIA SOARES NOGUEIRA MENESCAL  
RA: 2026466/2

BRASÍLIA/DF  
JUNHO, 2006



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA  
CURSO: COMUNICAÇÃO SOCIAL  
HABILITAÇÃO: JORNALISMO  
DISCIPLINA: MONOGRAFIA  
ÁREA: COMUNICAÇÃO SOCIAL  
ORIENTADOR: PAULO PANIAGO

## **EDITORIAIS NA DITADURA: *A FAVOR OU CONTRA O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964?***

MÉCIA SOARES NOGUEIRA MENESCAL  
RA: 2026466/2

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Centro Universitário de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Orientador: Profº. Paulo Paniago.

BRASÍLIA/DF  
JUNHO, 2006

Mécia Menescal

**EDITORIAIS NA DITADURA:  
*A FAVOR OU CONTRA O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964?***

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Centro Universitário de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Orientador: Profº. Paulo Paniago.

Banca Examinadora:  
Brasília/DF, Junho de 2006

---

Prof. Paulo Paniago – Uniceub  
Orientador

---

Prof. Deusedith Alves Rocha Júnior  
Examinador

---

Prof. Francisco Cortez  
Examinador

## Agradecimento

Dedico o esforço e futuros frutos deste trabalho à minha querida mãe, amiga de todas as horas e exímia Guerreira. Agradeço a ela por todo o carinho e apoio, não somente neste período, mas em todos os momentos de meus 22 anos. Não poderiam faltar lembranças a meu irmão, que mesmo nobre cavaleiro, se apresenta como fiel escudeiro.

Aos amigos e colegas de trabalho que compartilharam de minha sofreguidão. Aos bares que me acolheram nas tardes, noites e madrugadas enquanto estudava.

Ao que a cultura ocidental e minha sociedade chamam de Deus.

## Sumário

Resumo.....	06
Introdução.....	07
1 – Ditadura x democracia .....	09
2 – O fato fatídico .....	11
3 – Imprensa como praça pública.....	17
4 – O que disseram os Editoriais.....	19
5 – Como disseram .....	32
Conclusão.....	36
Referências Bibliográficas.....	38
Anexos.....	40

## Resumo

Sob a ótica da comunicação, esse trabalho “evocará” momentos particulares que definiram rumos da história brasileira. Tem como principal objetivo descobrir como os jornais impressos *O Globo*, *Correio da Manhã* e *Folha de S. Paulo* se posicionaram diante do golpe civil-militar brasileiro de 1964, marco da história da política brasileira. Com a finalidade de ser o “cão de guarda” da sociedade e ter status de “quarto poder”, é fundamental para uma sociedade conhecer o comportamento da mídia, já que esta é eficiente meio de distribuição de informações e difusora de opiniões sobre assuntos cotidianos. As amostras analisadas serão os editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Correio da Manhã*, nos dias 31 de março, 1º e 2 de abril de 1964, período referente ao início do golpe civil-militar brasileiro.

## Introdução

Após 22 anos do fim do regime militar, há vasto material produzido sobre a ditadura brasileira disponível em livros, programas de rádio e televisão, documentários, filmes, entre tantos outros meios de comunicação. Apesar disso, há carência de pesquisas sobre a opinião da mídia nesse período, em especial sobre os editoriais dos jornais que atuavam na época.

Por possuir instrumento de divulgação dos fatos cotidianos, a mídia se torna, muitas vezes, a principal difusora de informações e opiniões. Com isso, adquire poder de apresentar versões, ressaltar determinados assuntos, ocultar outros e, principalmente, nortear a opinião da parcela da sociedade que adquire informações por esse meio.

Parafraseando o escritor judeu Elie Wiesel, sobrevivente dos campos de concentração nazistas, perdoar não significa esquecer, já que esquecer permite que mazelas da história se repitam. Este é um dos pontos motivador deste trabalho, que objetiva manter viva as lembranças e os fatos de uma época conturbada, e principalmente, mostrar ao leitor o posicionamento de veículos de comunicação neste importante momento histórico brasileiro.

Para isso, serão analisados as manifestações opinativas dos veículos *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Correio da Manhã* nos dias 31 de março, 1º e 2 de abril de 1964, para descobrir se foram ou não coniventes com o golpe civil-militar. A análise terá como base os editoriais, e a análise de discurso será empregada como metodologia de pesquisa, observando-se ainda figuras de estilo utilizadas para composição do texto além da disposição gráfica do conteúdo.

Este trabalho foi estruturado de forma que possibilite contextualizar o leitor neófito no assunto sobre aspectos relevantes dos acontecimentos históricos que precederam o golpe, como ainda sobre um gênero opinativo do jornalismo, o editorial. O capítulo um apresenta de forma breve o cenário político da América Latina. O dois é uma revisão histórica dos três anos que precederam o golpe, necessária à compreensão da análise. O terceiro explora o papel da imprensa na sociedade e a problematização do uso antiético da mesma. O quarto traz análises dos editoriais dos jornais *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, e o último capítulo, identifica como foram abordados certos temas relacionados a crise política da época.

O trabalho tem como pretensão servir de apoio para estudantes, historiadores

e profissionais da comunicação que tenham interesse em saber um pouco mais sobre o assunto ou até mesmo iniciar pesquisas, já que novos estudos são de extrema importância para esclarecer fatos ainda obscuros.



## 1 – Ditadura x Democracia

A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, pois o nosso testemunho se torna registro da experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros e vão aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais da sua época. Então, registrar o passado não é falar de si; é falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão do mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar. (Antonio Candido, prefácio de *Raízes do Brasil*, 1936)

Faz-se necessário antes do desenvolver do trabalho, a compreensão de conceitos aqui explorados. Definida pelo dicionário brasileiro Aurélio, “democracia” é doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição eqüitativa do poder, ou seja, regime de governo que se caracteriza, em essência, pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes de decisão e de execução.

Já “ditadura” é definida pelo dicionário Aurélio como uma forma de governo que cerceia ou suprime as liberdades individuais, em que todos os poderes se enfeixam nas mãos dum indivíduo, dum grupo, dum partido, duma assembléia ou de uma classe.

O sociólogo Arnaldo Spindel, no livro *O que são ditaduras* (1985), define e ressalta as diferenças nesse sistema. Segundo o autor, a origem da ditadura pode ser encontrada no Império Romano sob forma de um dispositivo legal que o governo utilizava em situações emergenciais, como guerras ou sublevações internas. Dispondo desse mecanismo, o governo nomeava um mandatário temporário que assumiria o poder executivo com missão de resolver esses problemas.

O ditador era investido no poder por um prazo determinado e possuía poder estritamente executivo. Devido a isso, o ditador podia suspender a vigência da Constituição, podia governar sem leis, mas não podia promulgar novas leis. (SPINDEL, 1985, p. 10)

Spindel discorre sobre dois tipos de ditadura, a autoritária e a totalitária. A diferença marcante entre elas é que no regime totalitário há absoluto repúdio à democracia formal, e por isso, quando esse regime assume o poder, tem a proposta ideológica de novo modelo político. Já no autoritário, não existe essa ideologia de mudança, havendo uma tentativa de manutenção de fachada democrática.

Os regimes autoritários são regimes políticos ditatoriais onde as liberdades individuais encontram-se cerceadas em nome de um difuso conceito de segurança nacional [...] Ainda que esses regimes tentem, por vezes, mostrar uma aparência democrática (partidos políticos, eleições ainda que

indiretas para a maior parte dos cargos políticos, etc.), eles são marcados pelo fato de que as regras do jogo podem ser redefinidas a qualquer momento, principalmente quando o Executivo está enfrentando algum tipo de dificuldade. (SPINDEL, 1985, p. 36-7)

Spindel afirma que todo regime político emana e responde aos interesses de uma determinada classe social. Quando a dominação burguesa não tem condições de se estabilizar no quadro de uma democracia, ela passa a se utilizar de outros recursos (SPINDEL, 1985, p. 30). É o caso, segundo o autor, das ditaduras latino-americanas. O quadro a seguir, com informações do livro *Nosso Século 1960/1980*, mostra a expansão do regime militar, vigente na época na América Latina.

<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Circunstância</b>
1961	El Salvador	Golpe militar depõe o coronel Yanes Urías (que havia chegado ao poder em 1960, também por meio de um golpe militar) por ter legalizado o Partido Comunista.
1962	Argentina	O presidente Arturo Frondizi (eleito em 1958) é deposto por uma junta militar “porque permitiu o reflorescimento do peronismo”.
1962	Peru	Descontentes com o resultado das eleições presidenciais (que favoreciam comunistas), os militares dão um golpe e elegem o general Ricardo Peres Godoy, que acabaria deposto em 1963.
1963	Equador	Uma junta militar depõe Carlos Arosenema (eleito em 1961) por ter proferido um discurso contra os Estados Unidos e por “simpatizar com os comunistas”.
1963	Guatemala	O general Ydígoras Fuentes, eleito pelo Congresso em 1957 (e considerado “um extremista de direita” pela revista Newsweek), é deposto pelos militares, sob a alegação de que “não usava mão de ferro contra o comunismo”. O líder dos golpistas, cel. Enrique Peralta Azurdía, suspende a Constituição.
1963	República Dominicana	Uma junta militar depõe Juan Bosch, eleito em 1962. Apesar de moderado (era avesso a reformas radicais, mantendo-se alinhado com os EUA), Bosch encontrou a oposição dos conservadores, que o taxavam de “comunista” por permitir a liberdade de imprensa.
1963	Honduras	Militares depõem o presidente Ramón Villeda Morales, que chegara ao poder em 1957, também por meio de um golpe militar. Segundo a imprensa norte-americana Morales foi deposto porque defendia “reformas de base”. O <i>New York Times</i> acusa as companhias United Fruit e Standard Fruit de “participarem da conspiração”.

Quadro 1: Ditadura militar na América Latina. Fonte: NOSSO ..., 1980, p. 80.

Na década de 60 e 70 do século XX era acentuada a oposição entre os dois principais regimes políticos que tinham ideologias e concepções de sistemas econômicos e sociais divergentes, o capitalismo e o socialismo. O cenário político-social na América Latina era de tensão entre os defensores desses regimes que almejavam o controle ideológico da nação por meio do poder e controle Estatal.

## 2 – O fato fatídico

Fui vencido pela reação e, assim, deixo o governo [...] Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam até com a desculpa da colaboração [...] A mim não falta a coragem de renúncia. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalhem todos. Há muitas formas de servir nossa pátria. (Jânio Quadros, Carta ao povo brasileiro. Brasília, 25 de agosto de 1961)

Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros encaminhava para o então ministro da Justiça Pedroso d'Horta, o pedido de renúncia do cargo de presidente da República após oito meses de governo. Segundo o livro *Nosso século 1960/1980*, Jânio esperava que o pedido de renúncia não fosse aceito pelo plenário do Congresso, pois os militares não iriam permitir a posse de Goulart, e os congressistas, temendo a tomada do poder pelos militares, também fariam o apelo para que ele voltasse.

Assim, levando consigo a faixa presidencial, Jânio retirou-se para a base aérea de Cumbica (SP), esperando que de alguma parte surgisse o chamamento para que ele voltasse. [...] A renúncia considerada voluntária foi aceita sem discussão pelo plenário do Congresso, como um ato consumado. Ranieri Mazzili, presidente do Congresso, foi então empossado. [...] Tomando consciência de que a encenação tinha falhado, redigiu uma carta ao povo brasileiro [...]. (NOSSO..., 1982 p. 17)

Em visita oficial à China, então comunista, João Goulart, também conhecido como Jango, voltou ao Brasil para governar um país descontente com as posturas tomadas pelo governo de Jânio.

Os políticos tradicionais do PDS (ameaçados com as investigações de corrupção); o aparato da burguesia governamental (acusada de ineficiente nos famosos “bilhetinhos”); os industriais e comerciantes (preocupados com a política econômica); os trabalhistas e esquerdistas (descontentes com os pedidos de “sacrifício social”); os políticos da UDN (sem controle sobre Jânio Quadros); e os militares (aprensivos com sua política externa). (NOSSO..., 1982 p. 17)

O sucessor ao cargo mais elevado do executivo não agradava os três ministros militares, representantes das forças armadas brasileira, por ter conduta considerada esquerdista: o general Odílio Denys, da Guerra, o almirante Silvio Heck, da Marinha, e o brigadeiro Gabriel Grüm Moss, da Aeronáutica. Cinco dias após a renúncia de Jânio, os três ministros escreveram um manifesto contra a posse de Goulart. A oposição estava explícita.

[...] ainda há pouco, como representante oficial, em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares. Ora, no quadro de grave tensão internacional que vive, dramaticamente o mundo de nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida

das nações democráticas. [...] Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no País um período inquietador de agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, enfim através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas, e com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã [...] As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil. E permanecem serenas e decididas, na manutenção da ordem pública.” (Site PDT, Manifesto dos ministros militares, 30/08/61)

A UDN (União Democrática Nacional), partido político que possuía a segunda maior bancada no Congresso Nacional, e a cúpula das Forças Armadas, tentaram impedir a posse de João Goulart e pressionaram o Congresso para que considerasse vago o cargo de presidente da República e convocasse novas eleições.

O principal foco de resistência ao veto militar, segundo o *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930*, localizou-se no Rio Grande do Sul, por intermédio do governador de Porto Alegre, Leonel Brizola, cunhado de Goulart. Brizola iniciou campanha de alcance nacional e formou a Cadeia da Legalidade, rede com mais de cem emissoras de rádio que incitava a população a se mobilizar em defesa da posse de Goulart.

O país estava dividido pelos que queriam o impedimento a posse de João Goulart e os que defendiam a manutenção da ordem constitucional.

Para pôr fim ao impasse, o Congresso criou uma comissão para estudar e resolver o problema político. A comissão decidiu, então, restringir o poder do futuro presidente. “No dia 2 de setembro, o Congresso aprovou o Ato Adicional que emendava a Constituição e criava o parlamentarismo. No dia 4, os ministros militares concordaram em aceitar esse compromisso” (NOSSO..., 1982, p. 18). De volta ao Brasil no dia 7 do mesmo mês, João Goulart desembarcou em Brasília para tomar posse já sob novo regime que tinha como primeiro-ministro Tancredo Neves.

Como previsto, o presidente Jango propôs ao Congresso reformas estruturais para o país, conhecidas popularmente como “reformas de base”. Essas reformas pretendiam alterar questões no âmbito administrativo, agrário, bancário, cambial, educacional, eleitoral, tributário, universitário e urbano do sistema econômico, político e social brasileiro.

A limitação do poder do presidente começou a ter fim quando Tancredo Neves renunciou ao cargo em junho de 1962 para poder concorrer às eleições para governador. O indicado de Jango, o então ministro das relações exteriores, San Tiago Dantas, tinha política externa aberta para nações socialistas, o que não

agradava aos conservadores, e por isso, o Congresso vetou a indicação. “O novo primeiro ministro foi o socialista Hermes Lima que também apoiava a antecipação do plebiscito” (NOSSO..., 1982, p. 20).

Fator relevante para que isso ocorresse foi a posição politicamente estratégica em que estava o General Amauri Kruel, amigo de Jango, nomeado para o Ministério da Guerra. “O apoio dos militares ao plebiscito era fundamental, e vinha sendo obtido através de uma hábil política de promoções e transferências que privilegiava os generais ‘nacionalistas’”. (NOSSO..., 1982, p. 20).

A greve geral de 14 de setembro de 1962 que reivindicava a antecipação do plebiscito, também foi fator importante para que o Congresso, pressionado, aprovasse e marcasse, para o dia 6 de janeiro de 1963, a consulta popular que decidiria se: “Aprova o Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo?”.

Assim, na data marcada, de um total de 12.773.260 votos, 9.457.448 foram pelo retorno do presidencialismo; 2.073.582, pela manutenção do parlamentarismo; 935.072, nulos e 307.158, em branco. Dessa forma, o presidente João Goulart obtinha plenos poderes num país convulsionado de crises. (NOSSO..., 1982, p. 24).

A crise econômica que afetava o Brasil crescia em proporções parecidas com a da inflação, que chegou a 52% em 1962.

A esquerda pressionava o presidente Goulart para que se implantassem as reformas de base. Categorias trabalhistas descontentes faziam greves gerais reivindicando melhorias para a classe trabalhadora e o aumento do salário mínimo.

No ano de 1963, 149 greves foram organizadas. “Entre elas está a de São Paulo, ocorrida em 29 de outubro, quando 700 mil operários de 78 sindicatos conseguiram depois de quatro dias de paralisação, 80% de aumento salarial”. (NOSSO..., 1982, p. 23). Os estudantes também se manifestavam com greves para a implementação da Reforma Universitária.

[...] O período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século [XX]. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade privada e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse. (GORENDER *apud* FICO, 2004 p. 34)

Apesar das sucessivas greves, quase três por dia no ano de 1963, o prestígio do presidente Jango na opinião pública estava equilibrado.

O prestígio dele junto à opinião pública não era lá grande coisa, mas não de todo ruim. Em pesquisa do Ibope, realizada em junho, ele foi considerado

bom ou ótimo presidente por 35% dos consultados; 41% o consideraram regular e, para 19% era ruim ou péssima. (*Correio Braziliense*, 21/03/2004 p. 7)

Já a direita se articulava com o apoio do Ipes (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). O Instituto se tornou a sede de encontros de empresários, profissionais liberais, intelectuais entre outros setores da sociedade para articular contra a política econômica e social do governo.

Atuou entre as Forças Armadas, igrejas, partido político, Congresso, sindicatos operários, movimento camponês e estudantil, grupos industriais (ganhando a adesão de 70% liderança da Fiesp - Federação da Indústria do Estado de São Paulo, e outras associações das mais variadas origens, como ainda junto aos meios de comunicação). Segundo o historiador René Dreifuss, o Ipes mantinha, só no Rio de Janeiro, cerca de três mil telefones sob vigilância e possuía em todo o Brasil um dossiê de 400 mil pessoas fichadas. (NOSSO ..., 1982, p. 32-3).

Muitos deles vinham participando de prolongada campanha de desestabilização do Governo João Goulart, sobretudo através de atividades de propaganda política variada, capitaneadas pelos Ipes e pelo Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que afirmavam a incompetência do governo e sua tendência esquerdista. (FICO, 2004, p. 15)

Outro instituto que aglutinou mecanismos de direita apoiando política, ideológica e financeiramente ações que promovesse a queda do presidente Goulart foi o Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), criado no Brasil pela CIA, agência secreta americana. Segundo o jornalista Hemílcio Fróes, o Ipes e o Ibad resolviam as necessidades financeiras e de organização das atividades elaboradas pelo Ipes.

A ESG (Escola Superior de Guerra) ficou encarregada dos militares; os doutrinadores do IPES encarregaram-se dos empresários, banqueiros e intelectuais; a ADP operou no meio político-partidário e a Associação de Cultura Brasileira CONVÍVIO agiu na área da igreja. O movimento abrangeu praticamente todo o território nacional, facilitado pelo respaldo do IPES/IBAD [...]. (FRÓES, 1997, p.131, grifo do original)

Caio Navarro Toledo descreve a situação na qual se encontrava Jango: “o governo Goulart nem conseguia o pleno respaldo das classes populares e trabalhadoras, nem se legitimava face ao conjunto das classes dominantes’ (TOLEDO, 1982, p. 119).

Jango comprou briga com o capital estrangeiro, e em dezembro de 1963, tabelou os óleos lubrificantes e entregou a Petrobrás o monopólio da importação de petróleo. Um mês depois sancionou a Lei de Remessas de Lucros que contrariava os interesses das empresas estrangeiras no país. A plataforma nacionalista assustou

a classe média (*Correio Braziliense*, 21/03/2004, p. 8).

Ações como estas contribuíram para a idéia de que Jango aproximava o país do regime socialista, assustando cada vez mais a classe média, que viu no comício de 13 de março o anúncio das reformas de base, que entre outras medidas, pretendiam a reforma agrária por meio de desapropriação de propriedades valorizadas por obras públicas e o tabelamento de aluguéis. Setores conservadores e a classe média reagiram e se mobilizaram. Seis dias depois estavam nas ruas aproximadamente 500 mil pessoas com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

O sociólogo Carlos Fico (2004) comparou a pesquisa de dois autores sobre o papel da burguesia no golpe militar brasileiro na década de 1960. Primeiro, analisa o livro *Combate nas trevas* (1987), do historiador marxista Jacob Gorender, que traça, segundo Fico, duas das principais linhas sobre as razões do golpe: “O estágio em que se encontrava o capitalismo brasileiro e ações preventivas (por parte da burguesia) tendo em vista reais ameaças revolucionárias da esquerda”. O autor complementa:

[...] o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século [XX]. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado [...]. (GORENDER *apud* FICO, 2004, p. 34)

Já na visão do cientista político uruguaio René Armand Dreifuss, o segundo autor analisado por Fico, “o que faltava era uma liderança política que correspondesse ao domínio econômico do capital multinacional” (DREIFUSS *apud* FICO, 2004, p. 35).

A unidade nas forças armadas estava abalada por causa das quebras de hierarquia por parte de cargos considerados de baixa patente. Na madrugada de 11 de setembro de 1963, cerca de 500 sargentos da marinha, aeronáutica e exército ocuparam os principais centros administrativos do governo em protesto ao impedimento por parte do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que considerou inelegíveis os candidatos sargentos. (NOSSO..., 1982, p. 38).

Em 24 de março de 1964, marinheiros e fuzileiros descumprem a ordem do Ministro da Marinha e comparecem a reunião comemorativa da fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros no Rio de Janeiro. Fuzileiros encarregados de cumprir a ordem de prisão expedida pelo Ministro da Marinha aderiram ao levante. “Os rebeldes foram presos, libertados logo em seguida e, a contragosto dos

comandos, anistiados por João Goulart” (*Correio Braziliense*, 21/03/2004, p. 7).

O comportamento de Goulart irritou os militares e tornou ainda mais tenso o clima nas Forças Armadas por conta da quebra de hierarquias. Em 30 de março Jango compareceu à reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Foi o que os militares precisavam para dar início ao golpe.

As reformas de base, o protecionismo dos interesses nacionais na área econômica, a articulação dos empresários e os impasses políticos, todos são fatores relevantes que motivaram o golpe, mas, como analisa Carlos Fico:

A dificuldade de estabelecimento de nexos causais entre elementos tão diferentes é problema antigo tanto das ciências sociais quanto da história, mas importa dizer que todos esses aspectos devem ser considerados – e não exclusivamente, um ou outro – quando da análise de fenômenos complexos, como visivelmente foi o golpe de 64. (FICO, 2004, p. 43)

Apesar do golpe de 1964 se constituir com o apoio de alguns setores da sociedade e ser considerado como “militar-empresarial” por alguns autores como Hemílio Fróis (1993, p. 9), Fico conclui que “a decisão de movimentar as tropas, que é afinal, o gesto capaz de deflagrar o golpe, dependia de considerações especificamente militares” (FICO, 2004 p. 41).

Em 2004, 40 anos depois, o governo transferiu para o Arquivo Nacional de Brasília os documentos secretos referentes ao período de 1964-1990, que estavam guardados na sede da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Apesar desse avanço para a democracia, os arquivos secretos das Forças Armadas e os documentos que resultem em ameaça “à soberania, à integridade territorial ou às relações exteriores” continuam sob sigilo.

Uma comissão de anistia foi criada pelo Ministério da Justiça no ano de 2001 para analisar pedidos de indenização formulados por pessoas que foram impedidas de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política, de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988. Ainda há muito a se descobrir sobre esse período e principalmente a esclarecer.

### 3 – A imprensa como praça pública

Os meios de comunicação de massa se tornaram o principal difusor de opiniões por obter um mecanismo de divulgação que alcança significativa parcela da



população brasileira. Como descrito pelo renomado jornalista Bernardo Kucinski no livro *A síndrome da antena parabólica* (1996), os meios de comunicação de massa substituíram as praças públicas na definição do espaço coletivo da política no mundo contemporâneo (KUCINSKI, 1999 p. 16).

A mídia adquiriu status de quarto poder por ser “observadora/vigia” da realidade, ou seja, o poder que fiscaliza os poderes judiciário, legislativo e executivo, presentes em uma democracia. Segundo Barbosa Sobrinho, a imprensa é capaz de influir sobre todos os outros poderes, pois podia contra eles formar a irresistível corrente da opinião pública. (SOBRINHO, 1997 p. 26).

Com a substituição da praça pública, termo utilizado por Kucinski (1999), a difusão da opinião pública foi reduzida aos meios de comunicação. Mas, por esses meios serem de propriedade privada, tanto a opinião quanto a informação podem ser produzidos, ocultados e manipulados de acordo com interesses particulares de quem detém o instrumento de publicação. O partidarismo assumido por esses meios prejudica a divulgação da pluralidade de opiniões existentes no meio social. Isso interfere diretamente na formação opinativa do leitor, espectador e ouvinte, que busca nos veículos de comunicação, amplas informações sobre assuntos cotidianos de sua época.

Os meios de comunicação coletiva, através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução simbólica, são “aparatos ideológicos”, funcionando, se não monoliticamente atrelados ao Estado, como dá a entender Althulsser, pelo menos atuando como uma “indústria da consciência” de acordo com a perspectiva que atribui Enzensberger, influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades. (MELO, 2003, p. 74)

O jornal impresso destina um espaço de cada edição para divulgar opiniões. Elas podem estar nos editoriais, artigos, crônicas especializadas, colunas, carta dos leitores etc. A linha editorial do jornal pode ser conhecida mais facilmente neste espaço. Entende-se por linha editorial a visão e postura que a empresa jornalística assume diante dos fatos noticiados.

Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos (MELO, 2003, p. 75)

O editorial do jornal é o espaço no qual a empresa jornalística revela sua opinião oficial sobre determinado assunto da atualidade. Ele pode ser produzido expressando a opinião do proprietário, do corpo deliberativo, como ainda em acordo com os interesses de quem o sustenta financeiramente.

Pois nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não somente a opinião

dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização [...] além dos braços do aparelho burocrático do Estado que exerce grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exerce no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro (MELO, 2003 p. 104)

Segundo o jornalista Hemílcio Fróes (1993), o IPES utilizou os meios de comunicação para propagar a ideologia contra o governo Jango.

O grande plano foi elaborado pelo IPES. Minucioso, destinou-se à doutrinação ideológica e política e, para cativar e empolgar a opinião pública, contou com o apoio ou aliciamento dos órgãos de comunicação e divulgação. (FRÓES, 1997, p. 131)

O discurso do editorial constitui articulações políticas de seu interesse. Segundo Melo, este não é um problema específico dos editoriais. Trata-se de uma característica dos jornais diários brasileiros, que assumem postura claramente elitista (MELO, 2003, p. 109).

Ao perceber essas características na produção do editorial de jornais impressos brasileiros, faz-se necessário conhecer, de que forma e como, se utilizam desse espaço para traçar articulações políticas de seus interesses. Com esse conhecimento, a mídia, que tem o papel observador e vigia para a sociedade, acaba por desmerecer a atribuição de “quarto poder”.

#### 4 – O que disseram os editoriais

As representações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que o seja. Tudo que dizemos tem, pois,

um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência da palavra, mas na discursividade [...]. (ORLANDI, 1999, p. 43)

#### 4.1 – Editoriais

Nos dias 31 de março, 1º e 2 de abril de 1964 os jornais *Correio da Manhã*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* apresentaram, além das “manchetes” do dia, opiniões referente ao momento.

Com intenção de dar ênfase a algumas palavras importantes para a compreensão da análise, trechos desses textos opinativos terão grifos em itálico.

#### 4.2 – *Correio da Manhã*, 31/03/1964 – Basta!

O título *Basta!*, expressão de cunho apelativo, traz interjeição que exprime vontade e remete ao leitor o questionamento: o que basta? O texto tem seqüência com a pergunta: “Até que ponto o Presidente da República abusará da paciência da Nação?”.

Como se portasse carta de representação assinada em unanimidade pelos brasileiros, o editorial assume a postura do porta-voz oficial do povo e atribui único sentimento aos indivíduos, grupos, associações etc., que concretizam e dão sentido ao conceito simbólico de nação: a de que o presidente da República abusa da paciência de todos. O editorial utiliza-se, assim, de uma figura de estilo que, entre outras características, toma a parte pelo todo, a sinédoque.

A pergunta afirmativa não traz respostas sobre quais atos cometidos pelo presidente, que “abusa” e testa a paciência de todos. Simplesmente afirma.

O texto do *Correio da Manhã* utiliza, muitas vezes, palavras “disfêmicas”, ou seja, emprega expressão que intensifica algo negativo, como pode se verificar nos seguintes termos em itálico:

Até que ponto contribuirá para preservar o clima de *intranqüilidade e insegurança* que se verifica presentemente na classe produtora? Até quando deseja levar ao *desespero*, por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? (*Correio da Manhã*, 31/03/1964, grifos meu)

Como o jornal pode assegurar que é este o clima totalitário na classe produtora? A mesma pergunta pode ser feita com relação ao termo “desespero” utilizado pelo jornal para definir o estado da classe média. Quais critérios de pesquisa foram utilizados para chegar a estas afirmativas? Percebe-se que nesses trechos o discurso editorial se apoderou da sinédoque e do difemismo para expor aos leitores uma situação, que mesmo presente, não poderia ser unânime, se levada

em consideração a pluralidade de opinião dos indivíduos pertencentes às classes citadas. E prossegue:

Não é possível continuar neste caos em todos os sentidos e em todos os setores. Tanto no lado administrativo como no lado econômico e financeiro. *Basta de farsa. Basta da guerra psicológica* que o próprio Governo desencadeou com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. *Basta de demagogia* para que, realmente, se possam fazer as reformas de base. (*Correio da Manhã*, 31/03/1964, grifos meu).

A que farsa e guerra psicológica o jornal se refere? Estas afirmativas não são explicadas nem sequer referidas a algum contexto.

Quase todas as medidas tomadas pelo Sr. João Goulart, nestes últimos tempos, com grande estardalhaço, mas inexecutáveis, não têm outra finalidade senão a de *enganar a boa-fé do povo, que, aliás, não se enganará*. (*Correio da Manhã*, 31/03/1964, grifos meu).

Quais medidas de “estardalhaço” e “inexecutáveis” seriam essas? É importante perceber que neste momento, o editorial do *Correio da Manhã* não mais critica o governo ou utiliza o cargo de presidente da República para se referir ao posto ocupado por Goulart, mas, torna pessoal a crítica a pessoa do “Sr. João Goulart”. O editorial é enérgico na oposição pessoal a Jango, quando alega que este engana a boa-fé do povo. E dá o veredicto, dizendo que o povo não se enganará, incitando assim o leitor a não acreditar no presidente.

Mais uma vez o texto se coloca na posição de representante do povo, no trecho: “*A opinião pública recusa uma política de natureza equívoca que se volta contra as instituições, cuja guarda deveria caber ao próprio Governo Federal*” (*Correio da Manhã*, 31/03/1964, grifo meu).

Como o jornal chegou a esse resultado, já que na pesquisa de opinião realizada pela empresa brasileira de pesquisa Ibope em junho de 1963, Goulart foi considerado bom ou ótimo presidente por 35% dos entrevistados e somente 19% o consideravam regular? Com esses dados, o jornal diz o oposto dos dados apresentados pela pesquisa da Ibope (*Correio Braziliense*, 21/03/2004, p. 7).

Em vários trechos, o editorial se refere ora ao “presidente”, ora a “Goulart”, como o causador da desordem que afeta o país:

Até que ponto o Presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si por meio de decretos-leis, a função do Poder Legislativo? [...] Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança? [...] Até quando deseja levar ao desespero a classe média e a classe operária? [...] Até que ponto quer desagregar as forças armadas? [...] Quase todas as medidas tomadas pelo Sr. João Goulart, nestes últimos tempos, com grande estardalhaço, mas inexecutáveis [...]. (*Correio da Manhã*, 31/03/1964)

A citação a seguir demonstra claramente a pretensão do jornal com relação a

saída de Goulart do governo, independente se de modo legal ou não, já que será admissível que ele fique no governo como rege a Constituição, mas somente se desistir da política atual.

Não é possível continuar neste caos [...] Basta de farsa. Basta da guerra psicológica [...] Basta de demagogia [...] Não é tolerável esta situação calamitosa provocada artificialmente pelo Governo que estabeleceu a desordem generalizada, desordem esta que cresce em ritmo acelerado e ameaça sufocar todas as forças vivas do país [...] Se o Sr. João Goulart não tem a capacidade para exercer a Presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade constitucional *não lhe resta outra saída senão entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. É admissível que o Sr. João Goulart termine o seu mandato de acordo com a Constituição. Este grande sacrifício de tolerá-lo até 1966 seria compensador para a democracia. Mas para isto, o Sr. João Goulart terá de desistir de sua política atual que está perturbando uma nação em desenvolvimento, e ameaçando de levá-la à guerra civil [...].* (*Correio da Manhã*, 31/03/1964, grifo meu).

Essa ameaça é acompanhada por apelo de alerta aos “Poderes Legislativo e Judiciário, as Classes Armadas, as forças democráticas” para permanecerem vigilantes e

prontos para combater todos aqueles que atentarem contra o regime já que, não admite que seja o próprio Executivo, por interesses inconfessáveis, quem desencadeie a luta contra o Congresso, censure o rádio, ameace a imprensa e, com ela, todos os meios de manifestações do pensamento, abrindo o caminho à ditadura. (*Correio da Manhã*, 31/03/1964)

O texto encerra-se com uma afirmação e utiliza um superlativo que dá ênfase na idéia: “O Brasil já sofreu *demasiado* com o Governo atual. Agora, basta!”. É apenas o começo da linha de raciocínio que continua no editorial do dia seguinte intitulado “Fora”!

Modificada a rotina estética, o editorial do dia 31 de março de 1964 do *Correio da Manhã* foi apresentado ao público carioca de forma diferente. Em vez do editorial estar no primeiro caderno, como de costume, estava em lugar de destaque, ocupando duas colunas do lado superior da capa do jornal.

#### 4.3 – *Correio da Manhã*, 01/04/1964 – “Fora!”

As críticas ao governo no discurso deste editorial continuaram tão incisivas a ponto de o próprio *Correio da Manhã* “desempossar” João Goulart. O trecho a seguir foi apresentado aos leitores na capa do jornal, posicionado acima do texto editorial:

Art. 83. Parágrafo único. O Presidente da República prestará, no ato da posse, este compromisso: “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem geral o Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência”. Este foi o juramento prestado pelo Sr. João Goulart no dia 7 de setembro de 1961, perante o Congresso Nacional. Jurou e não cumpriu. Não é mais presidente

da República. (*Correio da Manhã*, 1º/04/1964)

Na mesma linha de raciocínio do dia anterior, o editorial intitulado “Fora!” é apresentado aos leitores como oficial porta-voz da nação, e utiliza o verbo “tolerar” para definir o sentimento do povo com relação a permanência do presidente Goulart no cargo: “A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. *Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo*” (*Correio da Manhã*, 1º/04/1964, grifo meu).

Mais adiante, o jornal se manifesta: “Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: saia”. O problema deste posicionamento é que o discurso do editorial fala desde o começo pela nação: “A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo“. Dessa maneira, deixa a entender que o apelo para que o presidente deixe o cargo também é o da nação.

O texto não traz tema, assunto ou fatos novos, e se torna basicamente uma repetição do anterior. A principal diferença é que no dia 1º de abril, diverge da posição do dia 31 de março, e se mostra democrático com relação a saída de Goulart da presidência da República:

Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão *a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor*. [...] Todos nós sabemos o que representa de funesto uma ditadura no Brasil, seja ela de direita ou de esquerda, porque o povo, depois de uma larga experiência, reage e reagirá com todas as suas forças no sentido de preservar a Constituição e as liberdades democráticas. [...] Qualquer ditadura, no Brasil, representa o esmagamento de todas as liberdades como aconteceu no passado e como tem acontecido em todos os países que tiveram a desgraça de vê-la vitoriosa. [...] Contra a desordem, contra a masorca, contra a perspectiva de ditadura, criada pelo próprio governo atual, opomos a bandeira da legalidade. [...] Nós, do *Correio da Manhã* defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do Sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. (*Correio da Manhã*, 1º/04/1964, grifos meu)

Os mesmos argumentos do editorial “Basta!” também são apresentados no “Fora!” para definir o problema que enfrenta o país, iniciado, segundo o jornal, pelo presidente: guerra psicológica, clima de intranquilidade e insegurança, crise no desenvolvimento econômico, administrativo e financeiro são alguns exemplos.

Com a especulação de que o presidente conspira contra a democracia, o *Correio da Manhã* afirma que há uma perspectiva de ditadura por parte de Goulart e promove assim, um clima de golpe de Estado:

Quando o Sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranquilidade e de insegurança que teve o seu auge na total indisciplina que se verificou nas

Forças Armadas. Isto significou e significa *um crime de alta traição contra o regime, contra a República, que ele jurou defender* [...] Por ambição pessoal, pois sabemos que o Sr. João Goulart é incapaz de assimilar qualquer ideologia, *ele quer permanecer no governo a qualquer preço* [...] O Sr. João Goulart não pode permanecer na Presidência da República, não só porque se mostrou incapaz de exercê-la, como também *porque conspirou contra ela* como se verificou pelos seus últimos pronunciamentos e seus últimos atos. [...] Queremos que o Sr. João Goulart devolva ao Congresso, devolva ao povo o mandato que **ele** não soube honrar [...]. (*Correio da Manhã*, 1º/04/1964, grifos meu)

O discurso do editorial termina reforçando a idéia de golpe de Estado e conclama o povo para defender a democracia ameaçada pelo presidente Goulart “A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las” (*Correio da Manhã*, 1º/04/1964).

Também apresentado na capa do jornal, que é segundo clichê, o editorial é acompanhado de matérias de apoio ao discurso editorial. Entre elas estão: “Magalhães Pinto: João Goulart trai a legalidade”, “Proclamação de Krueel contra JG”. Pela péssima qualidade da cópia do material, a manchete está ilegível, mas o pouco que se consegue ler é suficiente para perceber que também apresenta oposição ao presidente.

Os argumentos são os mesmos do editorial do dia anterior, mas ao contrário do “Basta!”, o jornal assume postura mais democrática quando se refere a saída de João Goulart da presidência da República, mas faz duras críticas e afirmações de que ele conspira contra a democracia, e conduz o leitor desatento a acreditar que há ameaça de ditadura a ser estabelecida pelo governo. Com esse pensamento, o editorial incita o povo a reagir contra tal ameaça.

#### 4.4 – O Globo 31/03/1964 – A Nação Unida às Forças Armadas

A principal idéia que o editorial do dia 31 de abril transmite aos leitores é a ameaça comunista contra o regime. É um claro apoio às forças armadas que está, segundo o texto, sofrendo “golpes assentados contra a hierarquia, a autoridade e a disciplina”. Com o emprego do termo “golpe”, o jornal inicia discurso que incita a população a defender a democracia de um golpe a ser concluído pelos comunistas.

O texto afirma que todos os setores da vida nacional estão solidários às forças armadas, numa alusão de irrestrito apoio da nação, com exceção dos “vinculados ao Partido Comunista e ao processo de destruição do regime”. Ou seja, o partido comunista está contra os interesses do povo, que percebe, segundo o jornal, que o enfraquecimento das forças armadas possibilitará o êxito do processo

desencadeado pelos vermelhos (comunistas).

Assim como expressa o título, o texto prossegue “traduzindo”, em vários trechos, o sentimento e a ações do povo brasileiro diante da crise:

[...] O POVO percebe, sem ser preciso explicar-lhe, que com o enfraquecimento e posterior liquidação das Forças Armadas desaparecerá o grande obstáculo a marcha da subversão comunista [...] *POR ISTO se unem todos os brasileiros democratas*, sem distinções partidárias, na esperança de que os fatos que tiveram lugar na Marinha de Guerra não assinalem o início do fim, mas, pela indignada e justificada reação que provocaram, signifiquem o fim de um estado de coisas que só nos pode levar à anarquia e à guerra civil. [...] *A NAÇÃO democrática que sempre viu nas Forças Armadas a segurança* de que não seriam vitoriosos no Brasil os elementos subversivos que desejam conduzi-lo contra sua vocação [...] e suas tradições recusa-se a admitir a segunda hipótese e se manifesta em apoio da Marinha. [...] *TODOS* tem a certeza de que o Brasil não poderia mais suportar que a sombra das liberdades e garantias constitucionais dos comunistas e seus auxiliares trafeguem comodamente preparando o asfixiamento daquelas liberdades e a derrubada da Constituição. (*O Globo*, 31/03/1964, grifos em itálico meu. Grifos caixa alta, original).

Com que direito e propriedade o jornal pode falar em nome de todos os brasileiros?

O editorial utiliza o termo “democrata”, “patriotas” e “lúcidos” quando se refere aos brasileiros que estão a favor dos militares, e coloca como antidemocratas todos os outros cidadãos que não estão de acordo com a opinião transmitida. Quando o jornal define quem é ou não patriota, indica um “inimigo” da democracia. Contribui assim para o clima de divergência já aflorado na época.

Sem argumento consistente, o editorial faz apenas suposições pífias que tomam conotação terrorista de como seria o país se os comunistas conseguissem desestabilizar as forças armadas. Inicialmente, levaria a anarquia e à guerra civil, depois:

[...] se transformaria em mais um Estado “Socialista”. Aí, todos diriam que desaparecera a legalidade democrática, mas ninguém teria como recuperar as perdidas liberdades e franquias, pois já estaria instalado o terror policial e quem sabe? – em funcionamento os pelotões de fuzilamento segundo o modelo cubano. (*O Globo*, 31/03/1964).

O jornal prega ao leitor que é necessário “agora” uma atitude rápida para reagir à crise:

SERIA REMATADA LOUCURA continuarem as forças democráticas desunidas e inoperantes [...] *Agora se decidirá* se continuaremos superar a terrível crise provocada pela inflação, pelos desajustes sociais, pelo descalabro econômico-financeiro, sem a perda de nossas instituições livres, ou se, contrário, uma ditadura esquerdista se apossará do País, graças, principalmente, ao enfraquecimento e progressivo desaparecimento das Forças Armadas. [...] É como a crise que estourou na Marinha, durante a Semana Santa, deixa ver o quanto estão as corporações militares ameaçadas em sua integridade *mobilizam-se todos os brasileiros lúcidos*



*patriotas para impedir* que o processo de destruição daquelas corporações seria levado a diante. (*O Globo*, 31/03/1964, grifo em itálico, meu. Grifos em caixa alta, original)

Num trecho em especial, a legalidade para *O Globo* tem sido um empecilho à agir contra os comunistas:

COMO DISSEMOS muitas vezes, a democracia não deve ser um regime suicida, que dê a seus adversários o direito de trucidá-la, para não incorrer no risco de ferir uma legalidade que esses adversários são os primeiros a desrespeitar. *A legalidade não deve ser um tabu, a impedir que os democratas defendam as instituições, ou uma garantia para que os agentes da subversão atuem sem serem incomodados.* (*O Globo*, 31/03/1964, grifo em itálico, meu. Grifos em caixa alta, original)

O editorial do dia 31 de março de 1964 do jornal *O Globo* estava circundado graficamente por matérias de apoio aos militares. Entre elas, estão a que trazem título: “Oficiais da Marinha e Exército perfeitamente identificados na defesa da lei e da disciplina”; “A 'Marcha da Família' já conta com apoio de 28 instituições” e “Reage o Congresso à comunização do Brasil”.

Percebe-se que o discurso apresentado na véspera do golpe militar de 64, é uma forte intenção de iludir o leitor quando se utiliza de anedota para expressar o sentimento de toda a nação em favor das Forças Armadas.

Instiga conflitos entre os cidadãos quando faz distinções de quem é ou não patriota, segundo sua visão. Fala em ameaça de golpe de Estado a ser realizado pelos comunistas, e insere medo quando fala sobre as supostas ações dos comunistas, caso tomassem o poder. O jornal dá completo apoio a ações dos militares para barrar os “adversários da democracia”, mesmo que seja ilegalmente.

Apesar de irrestrito apoio às Forças Armadas, o jornal seria proibido de circular no dia seguinte. É o que explica a matéria do dia 2 de abril, intitulada “A violência contra *O Globo*”, apresentada na mesma página do editorial.

#### 4.5 – *O Globo* 02/04/1964 – Ressurge a democracia

O editorial do dia posterior ao golpe vangloria a ação ilegal dos militares. O que desejava no dia 31 de março foi concretizado.

[...] Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina [...] *Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem.* Em nome da legalidade, não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação *horrorizada* [...] as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-os do amargo

fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal. (*O Globo*, 02/04/1964, grifo meu)

Citando a Carta Magna (Constituição) como argumento para a ação dos militares, o jornal apresenta: “As Forças Armadas, diz o Art. 176 da Carta Magna, 'são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI'”. (*O Globo*, 02/04/1964, grifo do original).

Apesar de ter esse artifício para dar aval ao golpe, a Carta apresenta justamente o contrário do argumento discursivo que o editorial quis passar aos leitores, pois em nada cumpriu com a Constituição os militares, já que feriram os limites da lei quando deram início ao golpe de estado.

Nos trechos apresentados acima, um questionamento necessário é: se o jornal *O Globo* expôs claramente o apoio aos militares no editorial do dia 31 de março e continuou a defender essa opinião no dia 2 de abril, por que ele foi proibido de circular no dia 1º de abril? Que ameaça ele trazia aos militares? A resposta não foi conseguida nesta pesquisa.

O texto continua a discursar como se falasse pela nação. Como se o povo também aprovasse a ação ilegal dos militares:

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. [...] Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranqüilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos. [...] Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais [...]. (*O Globo*, 02/04/1964)

As suposições de terrorismo comunista também continuam sendo o principal argumento do texto para ação militar:

[...] Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. [...] Agora, o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo [...]. (*O Globo*, 02/04/1964).

E acrescenta, com duras críticas ao governo e ao presidente Goulart, que já não é mais tratado nominalmente pelo posto que ocupava:

[...] o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo

para rumos contrários à sua vocação e tradições [...] No momento em que o Sr. João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade [...] Sua presença e suas palavras na reunião realizada no Automóvel Clube, vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei [...]. (*O Globo*, 02/04/1964, grifo meu)

O golpe contou com o apoio financeiro, administrativo e psicológico dos empresários que se sentiam ameaçados com a atenção dada pelo governo à classe trabalhadora. Assumindo esse discurso, o editorial pedia diretamente à classe trabalhadora para inibir um contragolpe:

Se os banidos, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos. (*O Globo*, 02/04/1964)

O texto apela ainda para a religiosidade do povo brasileiro predominantemente católico na época, e se refere ao golpe como uma “Providência Divina”: “Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto”.

O editorial termina com um apelo para que a nação não reaja ao ocorrido: “Sejamos dignos de tão grande favor”.

Somente após o golpe, o editorial cita o Congresso Nacional. Antes, não atribuiu em nenhum trecho que o problema poderia ser resolvido democraticamente via impedimento legal do presidente Goulart, votado pela Casa:

[...] Agora, o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino. [...] Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social. (*O Globo*, 02/04/1964)

O título que encabeça a página do editorial é: “Fugiu Goulart e a democracia está sendo restabelecida”. Também é apresentada na página, a matéria que explica por que não houve circulação do jornal no dia 1º de abril sob o título “A violência contra *O Globo*”. Graficamente, o editorial fazia um paralelo com o discurso dessas matérias.

Muito bem articulado, os editoriais do *O Globo* do dia 31 de março e 2 de abril usaram dos mais diversos argumentos para persuadir o leitor e declarar o apoio aos militares. Primeiro, atribuiu como sua, a opinião da nação e em vários momentos fala por esta.

Separou o povo entre os que apoiavam o regime chamando-os de lúcidos, patriotas e democratas e os antidemocratas aliados aos comunistas que queriam a

desordem e destruição do regime. Apela à ação imediata dos militares e do povo para reagir a crise.

Atribuiu o termo “horrorizada” para definir o sentimento da nação diante a crise. Utilizou “terrorismo” quando se referiu a ameaça comunista e com isso, abriu caminho para expressar o apoio a qualquer ação militar, mesmo que ilegal.

Citou a Carta Magna para justificar o golpe. Apelou para a religiosidade, vocação e tradição do povo, assim como à classe trabalhadora, para que não desse ouvidos aos banidos “mentirosos”. E se referiu como um grande favor o ato dos militares.

#### 4.6 – *Folha de S. Paulo*, 31/03/1964 – Marinha: O bom caminho

Com discurso pacífico, o editorial da *Folha de S. Paulo* do dia 31 de março elogia as ações democráticas praticadas pelo governo que trabalha na apuração dos acontecimentos. O jornal apresenta ao leitor fatos, em vez de especulações.

[...] serão abertos três inquéritos, dois deles para apurar especificamente os atos praticados por marinheiros e fuzileiros, e o terceiro destinado a estabelecer “as origens e implicações” do manifesto dos almirantes. (*Folha de S. Paulo*, 31/03/1964)

Também apresenta sugestões de como o problema poderia ser resolvido:

[...] quando a crise começou, a providência inicial, indiscutível, fora e acima de toda consideração, em naturalmente a rigorosa apuração dos fatos. Depois, o seu enquadramento nas normas disciplinares da Marinha. A seguir, julgamento e punição dos eventuais culpados. Mais tarde poder-se-ia cuidar de indultos, anistias etc. (*Folha de S. Paulo*, 31/03/1964)

Apesar de se mostrar pacifista, o texto não deixa de fazer críticas às posturas do presidente. Atribui a Goulart a rebeldia nas Forças Armadas e de “subverter” o processo legal para apuração dos fatos:

O presidente da República, na condição de comandante supremo das Forças Armadas, subverteu esse processamento. Ansioso, talvez, por colocar ponto final na crise, pretendeu oferecer ao problema uma solução que era pura e simplesmente capitulação perante a rebeldia, um prêmio aos rebeldes e estímulo a indisciplina. (*Folha de S. Paulo*, 31/03/1964).

O termo para explicar a postura do presidente, utilizado no editorial, é “ansioso”. Com isso, em vez de especulações e suposições, avalia a ação do presidente como um erro. E neste pensamento prossegue: “O agravamento da crise já depois com a firme determinação dos almirantes de se oporem à “solução” adotada foi apenas *uma conseqüência do erro inicial*”. (*Folha de S. Paulo*, 31/04/1964, p. 04, grifo meu).

Mais adiante, o texto atribui a culpa da crise aos altos escalões da República, recriminando-os por estarem próximos às classes trabalhadoras, num discurso claramente elitista. A aproximação do presidente às classes populares, com a promessa das reformas de base, incomodava o grupo dominante, que via nessas ações ameaça a posição privilegiada que ocupava. Assumindo a postura do grupo dominante, o jornal afirma:

A culpa maior, porém, está perfeitamente caracterizada: é a dos altos escalões da República, que deram mais ouvidos ao CGT e à Frente de Mobilização Popular (e voltamos a indagar: que é que tinha essa gente com um problema eminentemente militar?) do que às ponderadas vozes que exigiam um procedimento capaz de restabelecer a hierarquia e a disciplina da Marinha de Guerra. (*Folha de S. Paulo*, 31/03/1964)

O editorial apela ao bom senso para que a solução encontrada seja pacífica, mas ao mesmo tempo, supõe que esse tipo de solução tenha alcançado “níveis perigosos”, mas não cita quais perigos seriam esses, dando a entender que se refere a ameaça da tomada do poder pelos comunistas:

Estas notas não devem encerrar-se sem uma palavra de confiança na solução pacífica da crise. Talvez ela já se tenha aprofundado até níveis perigosos, mas em todos os setores responsáveis pelos destinos nacionais deve haver uma reserva de bom senso que lhes permita enxergar o caminho a seguir. [...] De qualquer forma era uma questão a ser apurada, impondo-se um inquérito policial-militar para o esclarecimento do assunto e futura apreciação da Justiça Militar (*Folha de S. Paulo*, 31/03/1964)

Em alto de página, centralizado como de costume, a página 4 da *Folha de S. Paulo* apresentou no dia 31 de março de 1964, além de fatos, soluções democráticas para resolver a crise. Circundado de matérias opinativas, traz um tipo de coluna intitulada “Política na opinião alheia”, com trechos de outros jornais que dedicaram o editorial sobre a Marinha de guerra.

Com críticas ao governo e elogios ao Ministro da Marinha, o discurso editorial é pacifista e traz texto direcionado tanto a nação quanto aos governantes. Em nenhum momento se coloca como porta-voz do povo.

Se refere as posturas dos governantes perante a crise como erro e não como atitudes articuladas para um golpe de Estado. Fala em “apuração”, “inquérito policial”, “apreciação da Justiça Militar” como meios de se esclarecer os fatos de transgressões disciplinares.

Tem postura claramente elitista quando culpa os altos escalões da República de “dar ouvidos ao CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e à Frente de Mobilização Popular”, grupos formados basicamente pela classe trabalhadora, que

seria beneficiada com a reforma de base prometida pelo governo. A ela, o editorial se refere como “essa gente”: “E voltamos a indagar: que é que tinha essa gente com um problema eminentemente militar?” (*Folha de São Paulo*, 31/03/1964, p. 4).

O último parágrafo do editorial pede reserva de bom senso aos “responsáveis pelos destinos nacionais no caminho a seguir”:

É essa a sincera convicção dos que querem ver restabelecidas nas Forças Armadas as tradições de disciplina que lhes asseguram a confiança e o respeito de toda a nação. (*Folha de São Paulo*, 31/03/1964)

#### 4.7 – *Folha de S. Paulo*, 1º/04/1964 – Discurso Infeliz

O título apresenta justamente o tema abordado pelo editorial do dia 1º de abril. O texto critica a posição do presidente da República por estar presente e ter discursado na cerimônia do Automóvel Clube (encontro dos militares considerados rebeldes pelos altos escalões das Forças Armadas brasileira), e acusa Goulart de atacar a Constituição que “jurou defender” e supõe que o presidente tenha lançado um desafio a toda oficialidade das corporações militares. Cita ainda o discurso do presidente Goulart como infeliz na mobilização popular do dia 13 de março, que tinha intenção de reivindicar a reforma agrária, o voto dos analfabetos, entre outras.

“Tancredo Neves e os moderados tentaram convencer o presidente a não ir” (NOSSO..., 1982, p. 69) na cerimônia na qual seria homenageado pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar. O clima de insegurança por conta das rebeldias de militares de baixa patente estava presente nas Forças Armadas e a presença de Goulart na cerimônia “esquentou” os ânimos. É essa a crítica predominante do editorial da *Folha* do dia 1º de abril.

[...] é fácil perceber, qualquer governante ponderado trataria de transferir ou adiar manifestações que pudessem reacender ou entreter a chama da indisciplina, ou ainda atribuir pelo menos aparentemente, a um determinado escalão das Forças Armadas maior valor e mais foros de confiança do que aos escalões superiores [...] O mais lamentável, porém, no discurso presidencial foi o tom em que falou aquele que, por sua posição mesma no cenário político, deveria representar a ponderação e o espírito de concórdia e apaziguamento. (*Folha de S. Paulo*, 1º/04/1964)

As críticas a João Goulart são seguidas da mesma linha elitista encontrada no editorial do dia anterior, mas agora com a afirmação de que o presidente estaria agindo conforme desejo comunista:

Mais forte, porém, do que esse anúncio de benefícios salariais foi a insistência nas reformas de base, a reforma que nem o presidente nem os seus assessores até agora deram conteúdo. Usou delas, como tem repetidamente feito, pura e simplesmente como aríete contra a Constituição, que ele deseja reformar a qualquer preço [...] Não poderia faltar, é óbvio, o condimento do ataque aos privilegiados [...] todos aqueles brasileiros que lutam por situações democráticas e legais, pois estes é que são hoje os

“privilegiados”, termo não à toa criado pelos filósofos comunistas que orientam as falas presidenciais [...] Era o tom de quem deseja, inflamando sargentos e suboficiais, cindir de maneira irreparável as Forças Armadas. Era o tom de quem tendo por máximo dever preservar as instituições, jogava numa última e decisiva cartada, o destino delas. (*Folha de S. Paulo*, 1º/04/1964)

No último parágrafo, o editorial exprime apreensão por causa do discurso presidencial, mas não se refere a qual apreensão. Mas, mesmo com esse sentimento, ainda aconselha a todos ponderação. Termina o discurso de forma pacifista, sem incitar agitações aos militares e ao povo.

Mas ainda é tempo de desejar um reexame de posições e de aconselhar a todos a máxima ponderação. Um pouco mais de trabalho e um pouco menos de discurso e agitação – eis o que gostaríamos de aconselhar aos homens do governo, que já teriam feito muito pela prática se empregassem aquele objetivo de construir todo o empenho e toda a técnica que tem sido postos a serviço da destruição. (*Folha de S. Paulo*, 1º/04/1964).

Sem sair do padrão, o editorial da *Folha* ocupa a página 4 do jornal *Folha de S. Paulo*. Da mesma maneira, a coluna “Política na opinião alheia” traz trechos editoriais de alguns jornais sobre a situação em que se encontra o país. Há outros dois editoriais, também como de costume, na página. O primeiro, apresenta título “O Brasil continua”, e o segundo, “Confiança apesar de tudo”. Este último reforça mais uma vez o pedido de bom senso e renega qualquer ação golpista, seja por parte do governo ou dos militares.

As críticas a ação do presidente de ir a cerimônia no Automóvel Clube apresentadas no “Discurso Infeliz” é coerente com o pedido pacifista apresentado no dia anterior, e reforça o desejo de manutenção da ordem nas Forças Armadas. Apesar das críticas, mais uma vez o jornal, por meio do editorial, deseja que a situação seja resolvida ponderadamente. Aconselha mais trabalho e menos agitação aos “homens do governo”.

## 5 – Como disseram

O discurso textual utilizado pelos editoriais dos jornais *Correio da Manhã* e *O Globo* e *Folha de S. Paulo* apresentam opiniões diferentes sobre certos assuntos que se destacaram nos textos analisados:

### 5.1 – A nação

### *Correio da Manhã*

Se posiciona como se a nação estivesse de comum acordo com o discurso apresentado, e em alguns momentos, escreve como representante de todos os brasileiros.

Afirma que as classes sociais estão “intranquias”, “inseguras” e “agitadas”. Diz ainda que Goulart abusa da paciência e que engana a boa-fé de todos. Atribui o termo “caos” para definir o estado dos setores administrativo, econômico e financeiro.

É dessa maneira que o editorial incita a nação contra o governo, colocando-se na posição de porta-voz, atribuindo-lhe sentimentos ruins por causa da situação política da época.

### *O Globo*

O jornal refere-se a nação como apoiadora dos militares, já que as Forças Armadas têm o poder de impedir “a marcha da subversão comunista” que levará a anarquia e à guerra civil. Faz especulações de que o regime socialista implantaria “o terror policial”, e incita o povo a combater a “ameaça”. Quando concretizado o golpe dos militares, o editorial assume postura de porta-voz dos brasileiros e agradece a atitude ilegal.

### *Folha de S. Paulo*

A *Folha* muito pouco se refere a nação. Cita em um trecho o sentimento da mesma perante à crise e noutro, discrimina e trata com termo pejorativo, as classes trabalhadoras. Revela assim postura elitista quando demonstra se incomodar com as promessas de Goulart para implantação das reformas de base e reajuste salarial.

## 5.2 – Forças Armadas

### *Correio da Manhã*

É abertamente a favor da manutenção das hierarquias e da disciplina. A forma encontrada para defender o interesse das forças armadas é atacar a conduta do presidente da República.

### *O Globo*

Em irrestrito apoio às Forças Armadas, o editorial diz que o enfraquecimento



nas armas é obra dos comunistas, e com esse argumento defende nos dois editoriais analisados qualquer postura tomada pelos militares. Afirma ainda que a nação também é favorável a essa opinião. Com isso, deu margem para que as Forças Armadas agissem.

#### *Folha de S. Paulo*

É a favor da ordem e da disciplina, mas pelos meios legais. No editorial “Marinha: um bom caminho” sugere que o problema seja resolvido com apuração dos fatos e posterior apreciação da Justiça Militar.

### 5.3 – O presidente da República

#### *Correio da Manhã*

Os editoriais acusam o presidente de ser o causador de vários problemas enfrentados pela nação. Entre algumas citações, destacam-se: abusar a paciência da nação, tomar para si a função do poder legislativo, desagregar as forças armadas, intranquilizar o campo, enganar a boa-fé do povo, agitar proprietários e camponeses, desvirtuar sindicatos, jogar os civis contra os militares e os militares contra os próprios militares, iniciar a crise política e sedição no país, contribuir para o clima de intranquilidade e insegurança, sufocar todas as forças vivas do país, ser ambicioso, farsante, omissos e incapaz. Ainda continua com extensa lista de ações do presidente que parece nada ter feito no seu mandato além de elaborar planos maquiavélicos para instaurar caos na nação.

#### *O Globo*

No primeiro editorial, o jornal não faz referência ao presidente, mas ao governo como um todo. Já no segundo, vincula João Goulart aos comunistas e afirma que não pode mais ser considerado símbolo da legalidade porque ignorou a indisciplina e hierarquia nas Forças Armadas. Este é um dos argumentos que o discurso editorial utiliza para desmerecer a presença do presidente no governo.

#### *Folha de S. Paulo*

No primeiro editorial analisado, o discurso se refere as atitudes tomadas pelo presidente como erro, mas acusa-o de tentar subverter o processo democrático na apuração dos fatos. Culpa os “altos escalões da República” pela indisciplina

verificada nas Forças Armadas. Faz críticas ao presidente, mas não tão enfáticas quanto no dia seguinte no editorial “Discurso infeliz”.

Com conhecimento da ida do presidente ao Automóvel Clube, o editorial do dia 1º de abril de 1964 foi enérgico nas críticas. Recrimina a presença e o discurso de Goulart na cerimônia e o coloca como desafiador das forças armadas.

#### 5.4 – O golpe

##### *Correio da Manhã*

O editorial se mostra contra qualquer tipo de golpe. Seja de esquerda ou de direita. Apesar disso, especula que o presidente irá concretizar um golpe de Estado e alerta os setores sociais para estarem vigilantes. Com esse principal argumento, pede de imediato a saída do presidente do governo, já que se mostrou traidor do regime e articulador de um golpe de Estado.

##### *O Globo*

O discurso do jornal é centrado na ameaça ao regime por meio da subversão comunista. Não somente é a favor do golpe militar como ainda incita a população a não reagir contra o golpe militar já concretizado.

##### *Folha de S. Paulo*

No texto “Marinha: o bom caminho” o discurso editorial é pacífico. Especula que a crise tenha chegado a “níveis perigosos”, mas não diz quais. Deixa a entender que é referência aos comunistas. Mesmo com essa inquietação do jornal, o texto mostra acreditar que haverá bom senso no caminho a seguir. No “Discurso infeliz”, as especulações antes omitidas, são apresentadas: “Mas contra todos aqueles brasileiros que lutam por situações democráticas e legais, pois estes é que são hoje os “privilegiados”, termo não à toa criado pelos filósofos comunistas que orientam as falas presidenciais” (*Folha de S. Paulo*, 1º/04/1964).

Mesmo com as afirmações de um vínculo presidencial com os comunistas, e a presença de um possível golpe dos militares ao poder, o jornal pede ponderação, mas ainda sem saber que o golpe já havia sido começado, pois o editorial do dia 1º de abril foi escrito no dia 31 de março, dia da movimentação das tropas militares.

## Conclusão

Por meio de persuasivos discursos editoriais, *O Globo* e o *Correio da Manhã* utilizaram da influência que exercem sobre a opinião pública para direcionar o comportamento dos leitores e dar aval a ação dos militares perante a crise política. A contribuição desses dois jornais para o golpe civil-militar de 1964 é distinta, mas inegável.

O *Correio da Manhã* estampou na capa do jornal o pedido para que o presidente fosse deposto. Desmereceu em vários momentos a pessoa de Goulart como chefe do poder Executivo e fez especulações sobre um possível golpe de Estado a ser concluído por ele, definindo-o como traidor da pátria, instaurando, assim, a desconfiança dos brasileiros sobre posteriores ações do presidente. Porém, a atitude mais crucial cometida pelo jornal foi ter criado um falso apoio da população à queda de Goulart.

Com essa farsa, a de que a opinião pública estava conivente com esses pensamentos, o jornal tentou articular a credulidade dos leitores sobre a saída de Goulart do cargo, já que havia um suposto consenso da nação.

O jornal *O Globo* também apresentou reivindicações abruptas com relação à permanência do presidente da República no cargo e promoveu medo nos leitores quando se referiu a possível instalação do regime socialista no país. Incitou o povo, por diversas vezes, a reagir contra a ameaça comunista e deu completo aval para a ação ilegal dos militares quando afirmou que a legalidade não poderia ser um tabu a impedir que os democratas defendessem as instituições. E quando a ação militar foi concluída, pediu à nação para que não reagisse. Não é preciso apresentar muitos argumentos sobre a posição deste jornal diante a crise político-social da época, pois *O Globo* é declaradamente a favor do golpe.

Tanto *O Globo* quanto o *Correio da Manhã* utilizaram afirmações infundadas e fizeram especulações sobre um possível golpe dos comunistas ao regime para manipular a opinião pública contra o governo. Vincularam a imagem do presidente da República, João Goulart, à ilegalidade democrática para conseguir o apoio dos leitores à própria opinião. O problema da manifestação do *Correio da Manhã* e do *Globo*, mesmo em espaço reservado para isto, foi o momento inoportuno e forma como fizeram. Os jornais tinham noção do que representaria a deposição do presidente e um golpe militar para a democracia – já que em dois anos, sete países

da América Latina sofreram golpes no regime político vigente, mas para defender razões e interesses próprios, não se opuseram.

Com essa postura, os dois jornais perderam o que é mais prezado na produção de um jornalismo sério e competente, a credibilidade.

Por sua vez, o jornal *Folha de S. Paulo* apresentou discurso mais sóbrio dos três. Ao contrário de manipular a opinião pública, apontou possíveis soluções para a crise e pediu ponderação nas atitudes. Manteve opinião e enérgicas críticas ao considerado infeliz discurso de Goulart. Não fez referência ao golpe já iniciado, pois o editorial apresentado no dia 1º de abril, estava em processo de impressão na noite do dia 31 de março, dia da movimentação das tropas militares.

A linguagem utilizada pelos três jornais analisados difere por questões ideológicas, de interesse e até mesmo pela diferença do público leitor.

O público do *Correio da Manhã* pertence às classes sociais menos favorecidas. Isso é ressaltado no discurso do jornal quando este pede as reformas de base, de interesse da classe social operária. Já *O Globo* e *Folha* são claramente contra a reestruturação do sistema político econômico e social do país, representando assim o interesse da classe dominante.

As matérias do dia acabam por seguir a linha editorial imposta pelo jornal. Isto pôde ser verificado na composição gráfica das páginas analisadas na quais se encontravam os textos editoriais. Nenhuma divergia da opinião “oficial”, pelo contrário, apresentaram matérias e opiniões que reforçavam a idéia do principal texto opinativo.

O uso do poder de persuasão na esfera pública contra a própria sociedade para defender interesse privado é um dos problemas que deve ser extinto do jornalismo, para que este, configure na prática, o papel de “cão de guarda” para o povo, contra qualquer abuso que fira o interesse do bem coletivo. Conhecer ao menos, a história recente das posturas da imprensa é fundamental para que outras mazelas não sejam cometidas, e por isso, a sociedade deve estar atenta ao que consome diariamente nos noticiários produzidos pela mídia.

## Referências Bibliográficas

### Livros:

- Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
- FICO, Carlos. *Além do golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. São Paulo: Record, 2004.
- FRIORE De, Elizabeth (Diretora Editorial). *Coleção Nosso Século 1960/1980*. São Paulo: Abril, 1982.
- FRÓES, Hemílcio. *Véspera do primeiro de abril*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.
- KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Mantiqueira, 2003.
- NOSSO Século. *Sobre as ordens de Brasília*. São Paulo: Abril, 1982.
- ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso*. São Paulo: Pontes, 1999
- SOBRINHO, Barbosa Lima. *O problema da Imprensa*. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- SOUSA, Jorge Pedro. *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso*. Um guia para estudantes de graduação. Florianópolis (SC): Letras Contemporâneas, 2004.
- SPINDEL, Arnaldo. *O que são ditaduras?* 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

### Periódicos e Internet:

- Correio Braziliense*. Brasília. 21 de março e 2004, p. 7.
- QUADROS, Jânio. *Carta ao povo brasileiro*, 1964. Disponível em: [[http://www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/brasil\\_25ago1961.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/brasil_25ago1961.htm)] Acesso em: 18/11/2005

TRABALHISTA, Partido Democrático. *O veto dos militares a Jango*. Disponível em:  
[\[http://www.pdt.org.br/personalidades/jango\\_historia\\_4.htm\]](http://www.pdt.org.br/personalidades/jango_historia_4.htm). Acesso em: 18/11/2005  
Acesso em: 18/11/2005

## Anexos

### Anexo 1- Carta de Renúncia de Jânio Quadros

«Fui vencido pela reação e, assim, deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente sem prevenções nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, o único que possibilitaria progresso efetivo e a justiça social a que tem direito a seu generoso povo. Desejei um Brasil para o brasileiros, afrontado neste sonho a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me porém esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranqüilidade ora quebradas e indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio, mesmo, não manteria a própria paz pública. Encerro assim com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes e para os operários, para a grande família do país, esta página de minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem de renúncia. Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do governo, e de forma especial às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo no sentido da ordem, do conagraamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios, para todos, de todos, para cada um. Somente assim seremos dignos deste país e do mundo. Somente assim seremos dignos da nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalhem todos. Há muitas formas de servir nossa pátria. Brasília, 25 de agosto de 1961 — (a.) JANIO QUADROS.»

*Fonte: Site da Folha de S. Paulo*

[http://www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/brasil\\_25ago1961.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/brasil_25ago1961.htm)

## Anexo 2: Manifesto dos ministros militares – 30/08/1961

"No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada de seus Ministros, manifestaram a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao País do Vice-Presidente da República Sr. João Goulart.

Numa inequívoca demonstração de pleno acatamento aos poderes constitucionais, aguardaram elas, ante toda uma trama de acusações falsas e distorções propositadas, sempre em silêncio, o pronunciamento solicitado ao Congresso Nacional. Decorridos vários dias e como sintam o desejo de maiores esclarecimentos por parte da opinião pública, a que inimigos do regime e da ordem buscam desorientar, vêem-se constrangidas agora, com a aquiescência do Senhor Presidente da República, a vir ressaltar, de público, algumas das muitas razões em que fundamentaram aquele juízo.

Já ao tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em postos-chave de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.

No cargo de Vice-Presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como representante oficial, em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares.

Ora, no quadro de grave tensão internacional que vive, dramaticamente o mundo de nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas, avultam, à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil. País em busca de uma rápida recuperação econômica que está exigindo enormes sacrifícios,



principalmente das classes mais pobres e humildes; em marcha penosa e árdua para estágio superior de desenvolvimento econômico-social e tão urgentes problemas, para reparação, até de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos - não poderá nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo vierem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.

Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no País um período inquietador de agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, enfim através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas, e com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã.

Na Presidência da República, regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao Chefe do Governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.

Arrostamos, pois, o vendaval, já esperado, das intrigas e das acusações mais despidoradas, para dizer a verdade tal como é, ao Congresso dos representantes do povo e, agora, ao próprio povo brasileiro. As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil. E permanecem serenas e decididas, na manutenção da ordem pública. Assinam: Vice-Almirante Sílvio Heck, Ministro da Marinha Marechal Odílio Denys, Ministro da Guerra Brigadeiro-do-Ar Gabriel Grün Moss, Ministro da Aeronáutica"

Fonte: Site do PDT [http://www.pdt.org.br/personalidades/jango\\_historia\\_4.htm](http://www.pdt.org.br/personalidades/jango_historia_4.htm)

## Anexo 3 – Editoriais

### 3.1 – *Correio da Manhã*, 31 de março de 1964

#### **“BASTA!”**

Até que ponto o Presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si por meio de decretos-leis, a função do Poder Legislativo?

Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranqüilidade e insegurança que se verifica presentemente na classe produtora? Até quando deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as forças armadas por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável?

Não é possível continuar neste caos em todos os sentidos e em todos os setores. Tanto no lado administrativo como no lado econômico e financeiro.

Basta de farsa. Basta da guerra psicológica que o próprio Governo desencadeou com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia para que, realmente, se possam fazer as reformas de base. Quase todas as medidas tomadas pelo Sr. João Goulart, nestes últimos tempos, com grande estardalhaço, mas inexecutáveis, não têm outra finalidade senão a de enganar a boa-fé do povo, que, aliás, não se enganará.

Não é tolerável esta situação calamitosa provocada artificialmente pelo Governo que estabeleceu a desordem generalizada, desordem esta que cresce em ritmo acelerado e ameaça sufocar todas as forças vivas do país. Não contente de intranqüilizar o campo, com o decreto da SUPRA, agitando igualmente os proprietários e os camponeses, de desvirtuar a finalidade dos sindicatos, cuja missão é a das reivindicações de classe, agora estende a sua ação deformadora às forças armadas, destruindo de cima a baixo a hierarquia e a disciplina, o que põe em perigo o regime e a segurança nacional.

A opinião pública recusa uma política de natureza equívoca que se volta contra as instituições, cuja guarda deveria caber ao próprio Governo Federal. Queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base voltadas pelo Congresso. Queremos a intocabilidade das liberdades democráticas. Queremos a realização das eleições em 1965. Se o Sr. João Goulart não tem a capacidade para

exercer a Presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade constitucional não lhe resta outra saída senão entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. É admissível que o Sr. João Goulart termine o seu mandato de acordo com a Constituição. Este grande sacrifício de tolerá-lo até 1966 seria compensador para a democracia. Mas para isto, o Sr. João Goulart terá de desistir de sua política atual que está perturbando uma nação em desenvolvimento, e ameaçando de levá-la à guerra civil.

A Nação não admite nem golpe nem contragolpe. Quer consolidar o processo democrático para a concretização das reformas essenciais de sua estrutura econômica. Mas não admite que seja o próprio Executivo, por interesses inconfessáveis, quem desencadeie a luta contra o Congresso, censure o rádio, ameace a imprensa e, com ela, todos os meios de manifestações do pensamento, abrindo o caminho à ditadura. Os Poderes Legislativo e Judiciário, as Classes Armadas, as forças democráticas devem estar alertas e vigilantes e prontos para combater todos aqueles que atentarem contra o regime.

Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual. Agora, basta!

3.2 – *Correio da Manhã*, 1º de abril de 1964

### **FORA!**

A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: saia. Durante dois anos o Brasil agüentou um governo que paralisou o seu desenvolvimento econômico, primando pela completa omissão, o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro.

Quando o Sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranqüilidade e de insegurança que teve o seu auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas. Isto significou e significa um crime de alta traição contra o regime, contra a República, que ele jurou defender.

O Sr. João Goulart iniciou a sedição no País. Não é possível continuar no poder. Jogou os civis contra os militares e os militares contra os próprios militares. É o maior responsável pela guerra fratricida que se esboça no território nacional. Por ambição pessoal, pois sabemos que o Sr. João Goulart é incapaz de assimilar qualquer ideologia, ele quer permanecer no governo a qualquer preço. Todos nós sabemos o que representa de funesto uma ditadura no Brasil, seja ela de direita ou de esquerda, porque o povo, depois de uma larga experiência, reage e reagirá com todas as suas forças no sentido de preservar a Constituição e as liberdades democráticas.

O Sr. João Goulart não pode permanecer na Presidência da República, não só porque se mostrou incapaz de exercê-la, como também porque conspirou contra ela como se verificou pelos seus últimos pronunciamentos e seus últimos atos. Foi o Sr. João Goulart que iniciou de caso pensado uma crise política, social e militar, depois de ter provocado a crise financeira com a inflação desordenada e o aumento do custo de vida em proporções gigantescas.

Qualquer ditadura, no Brasil, representa o esmagamento de todas as liberdades como aconteceu no passado e como tem acontecido em todos os países que tiveram a desgraça de vê-la vitoriosa. O Brasil não é mais uma nação de escravos. Contra a desordem, contra a masorca, contra a perspectiva de ditadura,

criada pelo próprio governo atual, opomos a bandeira da legalidade.

Queremos que o Sr. João Goulart devolva ao Congresso, devolva ao povo o mandato que ele não soube honrar. Nós, do Correio da Manhã defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do Sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. O Sr. João Goulart deve entregar o Governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país.

A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las.

3.3 – *O Globo*, 31 de março de 1964

### **A Nação Unida às Forças Armadas**

Em MEIO a luta que vem travando, na defesa da sobrevivência de suas corporações – ameaçadas pelos golpes assentados contra a hierarquia, a autoridade e a disciplina -, os oficiais brasileiros devem sentir-se, ao menos confortados pela solidariedade de todos os setores da vida nacional, com a só exceção daqueles vinculados ao Partido Comunista e ao processo de destruição do regime.

O POVO percebe, sem ser preciso explicar-lhe, que com o enfraquecimento e posterior liquidação das Forças Armadas desaparecerá o grande obstáculo a marcha da subversão comunista. Para o êxito do processo desencadeado pelos vermelhos é indispensável a supressão do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

POR ISTO se unem todos os brasileiros democratas, sem distinções partidárias, na esperança de que os fatos que tiveram lugar na Marinha de Guerra não assinalem o início do fim, mas, pela indignada e justificada reação que provocarem, signifiquem o fim de um estado de coisas que só nos pode levar à anarquia e à guerra civil.

COMO DISSEMOS muitas vezes, a democracia não deve ser um regime suicida, que dê a seus adversários o direito de trucidá-la, para não incorrer no risco de ferir uma legalidade que esses adversários são os primeiros a desrespeitar. A legalidade não deve ser um tabu, a impedir que os democratas defendam as instituições, ou uma garantia para que os agentes da subversão atuem sem serem incomodados.

SERIA REMATADA LOUCURA continuarem as forças democráticas desunidas e inoperantes, enquanto os inimigos do regime vão, paulatinamente, fazendo ruir tudo aquilo que os impede de atingir o poder. Chegaria o dia em que o Brasil, sem reação e sem luta, se transformaria em mais um Estado “Socialista”. Aí, todos diriam que desaparecera a legalidade democrática, mas ninguém teria como recuperar as perdidas liberdades e franquias, pois já estaria instalado o terror policial e quem sabe? – em funcionamento os pelotões de fuzilamento segundo o modelo cubano.

O PAÍS esta, realmente, vivendo o mais difícil momento de sua História. Não há encruzilhada de nossos destinos. Agora se decidirá se continuaremos superar a

terrível crise provocada pela inflação, pelos desajustes sociais, pelo descalabro econômico-financeiro, sem a perda de nossas instituições livres, ou se, contrário, uma ditadura esquerdista se apossará do País, graças, principalmente, ao enfraquecimento e progressivo desaparecimento das Forças Armadas.

A NAÇÃO democrática que sempre viu nas Forças Armadas a segurança de que não seriam vitoriosos no Brasil os elementos subversivos que desejam conduzi-lo contra sua vocação xxxxx e suas tradições recusa-se a admitir a segunda hipótese e se manifesta em apoio da Marinha de Guerra [...] (palavra ilegível) no momento do mais grave erro cometido pelo Governo.

O ASSUNTO não é político partidário. Não se discute agora como devem ser feitas as reformas. Não estão em jogo os pontos de vista divergentes a respeito deste ou daquele problema xx lado. O que une a todos os democratas nesta hora, é a convicção de que o desaparecimento das Forças Armadas significa a morte de nosso regime político que já não teria quem o detendesse . É como a crise que estourou na Marinha, durante a Semana Santa, deixa ver o quanto estão as corporações militares ameaçadas em sua integridade mobilizam-se todos os brasileiros lúcidos patriotas para impedir que o processo de destruição daquelas corporações seria levado a diante.

TODOS tem a certeza de que o Brasil na poderia mais suportar que a sombra das liberdades e garantias constitucionais os comunistas e seus auxiliares trafeguem comodamente preparando o asfixiamento daquelas liberdades e a derrubada da Constituição.

3.4 – *O Globo*, 02 de abril de 1964

### **Ressurge a democracia**

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade, não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada.

Agora, o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo. Poderemos, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez.

Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo. As Forças Armadas, diz o Art. 176 da Carta Magna, “são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI”.

No momento em que o Sr. João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação



e ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras na reunião realizada no Automóvel Clube, vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei. Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranqüilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-os do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.

Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo. A esses líderes civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo. Mas, por isto que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime.

Não foi contra qualquer reivindicação popular, contra qualquer idéia que, enquadrada dentro dos princípios constitucionais, objetive o bem do povo e o progresso do País.

Se os banidos, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos.

Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social. Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.

3.5 – *Folha de S. Paulo*, 31 de março de 1964

### **Marinha: o bom caminho**

O manifesto do Clube Naval produziu um bom fruto: obrigou o ministro da Marinha, de comum acordo com o presidente da República a proceder a “um total reexame de todos os acontecimentos” relacionados com a crise naquela arma. Com esse fim, serão abertos três inquéritos, dois deles para apurar especificamente os atos praticados por marinheiros e fuzileiros, e o terceiro destinado a estabelecer “as origens e implicações” do manifesto dos almirantes.

Começa-se pois, tardiamente, a trilhar o bom caminho. Para que não se degradingolasse o princípio da autoridade das Forças Armadas, quando a crise começou, a providência inicial, indiscutível, fora e acima de toda consideração, em naturalmente a rigorosa apuração dos fatos. Depois, o seu enquadramento nas normas disciplinares da Marinha. A seguir, julgamento e punição dos eventuais culpados. Mais tarde poder-se-ia cuidar de indultos, anistias etc. O presidente da República, na condição de comandante supremo das Forças Armadas, subverteu esse processamento. Ansioso, talvez, por colocar ponto final na crise, pretendeu oferecer ao problema uma solução que era pura e simplesmente capitulação perante a rebeldia, um prêmio aos rebeldes e estímulo a indisciplina.

A verdade é que, no desenrolar dos acontecimentos, em muitas oportunidades houve mais do que meras transgressões disciplinares; num choque entre marinheiros recolhidos à ilha das Cobras e os que os policiavam, registraram-se alguns feridos. Isso constitui delito, quer por parte de quem atirou indevidamente (se foi o caso), que por aqueles que deram causa ao fogo, rebelando-se contra ordens legais.

De qualquer forma era uma questão a ser apurada, impondo-se um inquérito policial-militar para o esclarecimento do assunto e futura apreciação da Justiça Militar. O ministro da Marinha, ainda que por inspiração do presidente, não poderia nem sustar esse inquérito (antes mesmo de ser iniciado), nem muito menos relevar previamente punições, concedendo aos acusados uma esdrúxula e absolutamente anômala “anistia”.

O agravamento da crise já depois com a firme determinação dos almirantes de se oporem à “solução” adotada foi apenas uma conseqüência do erro inicial. Está agora toda a nação aturdida ante notas, manifestos, declarações de entidades

militares, almirantes, generais etc. A disciplina nas Forças Armadas em muito pouco se beneficia com isso; pelo contrário, mais e mais se desgasta. A culpa maior, porém, está perfeitamente caracterizada: é a dos altos escalões da República, que deram mais ouvidos ao CGT e à Frente de Mobilização Popular (e voltamos a indagar: que é que tinha essa gente com um problema eminentemente militar?) do que às ponderadas vozes que exigiam um procedimento capaz de restabelecer a hierarquia e a disciplina da Marinha de Guerra.

Estas notas não devem encerra-se sem uma palavra de confiança na solução pacífica da crise. Talvez ela já se tenha aprofundado até níveis perigosos, mas em todos os setores responsáveis pelos destinos nacionais deve haver uma reserva de bom senso que lhes permita enxergar o caminho a seguir. É essa a sincera convicção dos que querem ver restabelecidas nas Forças Armadas as tradições de disciplina que lhes asseguram a confiança e o respeito de toda a nação.

### **Discurso Infeliz**

Se infeliz foi o comício do dia 13 de março, em que o presidente da República, após longa preparação psicológica da multidão que deveria ouvi-lo e aplaudi-lo, atacou duramente a Constituição que jurou defender, para ao mesmo tempo anunciar com estardalhaço a assinatura de alguns decretos no seu entender fundamentais, mas cujo significado, segundo se viu logo, é bem maior do que o propalado – mais infeliz ainda foi a manifestação presidencial de anteontem, em que o sr. João Goulart parece ter desejado lançar um desafio a toda a oficialidade das corporações militares.

De início, cabe ponderar a inoportunidade da cerimônia do Automóvel Clube. No momento em que o país atravessa uma das mais sérias crises de sua história decorrente da quebra de disciplina na Armada: no momento em que se tornou patente a interferência das mais espúrias forças de pressão até mesmo na escolha dos mais altos chefes militares; no momento em que se acham acirrados ao máximo os ânimos dos integrantes dos escalões menos graduados dos integrantes dos escalões menos graduados das Forças Armadas em conseqüência de manobras cuja intenção é fácil perceber, qualquer governante ponderado trataria de transferir ou adiar manifestações que pudessem reacender ou entreter a chama da indisciplina, ou ainda atribuir pelo menos aparentemente, a um determinado escalão das Forças Armadas maior valor e mais foros de confiança do que aos escalões superiores.

Como é comum nos pronunciamentos do presidente da República, não faltavam desabaladas promessas especialmente de natureza salarial, sem a menor indicação, porém, de sincero empenho em combater a inflação, que é arrasadora dos salários.

Mais forte, porém, do que esse anúncio de benefícios salariais foi a insistência nas reformas de base, a reforma que nem o presidente nem os seus assessores até agora deram conteúdo. Usou delas, como tem repetidamente feito, pura e simplesmente como aríete contra a Constituição, que ele deseja reformar a qualquer preço, como se a ele coubesse, dentro da ordem constituída, alterar a Constituição.

Não poderia faltar, é obvio, o condimento do ataque aos privilegiados. Não

aos privilegiados reais, que não irão de faltar neste país, em todos os setores, sem excluir vários líderes que engordam a custa dos trabalhadores. Mas contra todos aqueles brasileiros que lutam por situações democráticas e legais, pois estes é que são hoje os “privilegiados”, termo não a toa criado pelos filósofos comunistas que orientam as falas presidenciais.

O mais lamentável, porém, no discurso presidencial foi o tom em que falou aquele que, por sua posição mesma no cenário político, deveria representar a ponderação e o espírito de concórdia e apaziguamento. Era o tom de quem deseja, inflamando sargentos e suboficiais, cindir de maneira irreparável as Forças Armadas. Era o tom de quem tendo por máximo dever preservar as instituições, jogava numa última e decisiva cartada, o destino delas.

Analisando friamente, o discurso do presidente justifica as mais graves apreensões. Mas ainda é tempo de desejar um reexame de posições e de aconselhar a todos a máxima ponderação. Um pouco mais de trabalho e um pouco menos de discurso e agitação – eis o que gostaríamos de aconselhar aos homens do governo, que já teriam feito muito pela prática se empregassem aquele objetivo de construir todo o empenho e toda a técnica que tem sido postos a serviço da destruição.